

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

**ORDEM DO DIA Nº 058/2021
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
22/12/2021 (QUARTA-FEIRA)
13:00 HORAS**

1 - 2ª Discussão do **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 237/2021 - PREFEITO MUNICIPAL** - Autoriza o Poder Executivo Municipal a outorgar concessão, em conjunto ou isoladamente, total ou parcialmente, da prestação do serviço público de limpeza urbana e do serviço público de manejo de resíduos sólidos urbanos e dá outras providências. **EMENDAS EM SEPARADO DE AUTORIA DE VEREADORES.** Processo nº 15968.

§§§§§§§§§§§§§§§§§§§§§§§§

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 237/2021

PROCESSO Nº 15968

2ª DISCUSSÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO,
delibera o seguinte

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

(Autoriza o Poder Executivo Municipal a outorgar concessão, em conjunto ou isoladamente, total ou parcialmente, da prestação do serviço público de limpeza urbana e do serviço público de manejo de resíduos sólidos urbanos e dá outras providências).

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a delegar, mediante concessão, a prestação do serviço público de limpeza urbana e do serviço público de manejo de resíduos sólidos urbanos, e atividades correlatas.

§ 1º - A autorização pode ser exercida de forma parcial, em relação a apenas um serviço público ou atividade dele integrante, ou dar origem a mais de um contrato de concessão de serviço público.

§ 2º - No que se refere à destinação ou disposição final ambiental mente adequada de resíduos sólidos, a concessão poderá abranger resíduos originários do âmbito regional, desde que contribua com a modicidade tarifária ou a diminuição dos custos para o Município de Rio Claro, bem como assegure escala adequada para soluções mais modernas e eficientes do ponto de vista ambiental.

§ 3º - O edital de licitação da concessão deverá prever como as receitas alternativas, complementares ou acessórias advindas do previsto no § 2º, bem como de outros projetos associados, contribuirão com a modicidade tarifária ou com a diminuição do valor da contraprestação pública.

Art. 2º - O prazo da concessão será determinado no edital de licitação, em função do estudo de viabilidade técnica e econômico-financeira, e não poderá ser superior a trinta anos, incluído o prazo de eventuais prorrogações.

Art. 3º - Caso a concessão preveja contraprestação pública, os pagamentos a cargo do Poder Concedente poderão ser garantidos com as receitas advindas do Fundo de Participação dos Municípios - FPM ou da quota-parte no Município no Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, inclusive mediante instituição financeira fiduciária.

Art. 4º - Competirá à entidade responsável pela regulação e fiscalização dos serviços públicos de que trata esta Lei Complementar:

- I - editar normas para a adequada prestação dos serviços e satisfação dos usuários do serviço público de limpeza urbana e do serviço público de manejo de resíduos sólidos;
- II - cumprir e fazer cumprir os instrumentos das políticas públicas do serviço público de limpeza urbana ou do serviço público de manejo de resíduos sólidos urbanos, assim definidos na legislação municipal e atos derivados;

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

- III - fiscalizar a adequada prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, sem prejuízo dos poderes fiscalizatórios reconhecidos à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Rio Claro e aos próprios usuários;
- IV - garantir a aplicação do princípio da isonomia no uso e no acesso ao serviço público de limpeza urbana e ao serviço público de manejo de resíduos sólidos urbanos no Município de Rio Claro;
- V - implantar mecanismo de recebimento e apuração de queixas e reclamações dos usuários, que deverão ser cientificados das providências adotadas, em prazo máximo estabelecido em regulamento editado pela própria entidade de regulação;
- VI - aplicar as sanções legais e regulamentares em face dos prestadores dos serviços, em caso de descumprimento das normas legais, das normas de regulação e das normas previstas nos instrumentos de delegação;
- VII - fixar, reajustar e revisar o valor das tarifas ou contraprestações, incluindo as suas estruturas;
- VIII - adotar as medidas que se fizerem necessárias para assegurar o equilíbrio econômico-financeiro dos instrumentos de delegação da prestação do serviço público de limpeza urbana ou do serviço público de manejo de resíduos sólidos;
- IX - opinar sobre a extinção da delegação da prestação dos serviços, inclusive a sua retomada;
- X - requisitar dos prestadores do serviço público de limpeza urbana ou do serviço público de manejo de resíduos sólidos urbanos o fornecimento de todos os dados e informações necessários para o desempenho de suas atividades em prazo razoável, não inferior à três dias úteis, bem como aplicar sanções nos casos de recusa, atraso ou prestação defeituosa ou incompleta de informações;
- XI - compor e deliberar, na esfera administrativa, sobre os conflitos envolvendo o Poder Concedente, os concessionários e os usuários;
- XII - deliberar, na esfera administrativa, acerca da interpretação da legislação, normas regulamentares e contratuais relativas aos serviços públicos de que trata esta lei Complementar;
- XIII - processar e julgar, na esfera administrativa, os pleitos que lhe sejam submetidos em relação aos serviços sujeitos à sua regulação e fiscalização;
- XIV - permitir o amplo acesso, pela população, às informações sobre a prestação do serviço público de limpeza urbana e do serviço público de manejo de resíduos sólidos urbanos e sobre suas próprias atividades de regulação e fiscalização;

§ 1º - A remuneração devida aos delegatários do serviço público de limpeza urbana ou do serviço público de manejo de resíduos sólidos urbano, bem como eventuais reajustes e revisões, dar-se-ão conforme o estabelecidos no âmbito dos instrumentos de delegação, de modo a garantir a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

§ 2º - A ARES PCJ - Agência Reguladora de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí exercerá a regulação e a fiscalização dos serviços públicos de que trata esta lei Complementar, ficando o Poder Executivo autorizado a celebrar contratos e convênios, ou instrumentos congêneres, necessários para assegurar ARESPCJ o pleno exercício de suas atribuições.

Art. 5º - Adicionalmente ao previsto na legislação federal, a empresa concessionária poderá seu contrato extinto quando:

- I - não recolher em tempo hábil os impostos municipais a que estiver sujeita;

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

II - não cumprir as obrigações trabalhistas com seus empregados, bem como as normas de saúde e segurança do trabalho.

Art. 6º - Sem prejuízo de outros direitos previstos na legislação aplicável, são direitos dos usuários dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos:

- I - receber serviço adequado;
- II - receber do prestador dos serviços informações sobre as condições necessárias para melhor fruição dos serviços, inclusive no que se refere a questões de saúde;
- III - oferecer sugestões ou reclamações e receber a respectiva resposta pelo prestador dos serviços, nos termos definidos nas normas de regulação;
- IV - peticionar contra o prestador dos serviços perante a entidade de regulação e fiscalização, caso reclamação apresentada ao próprio prestador não for atendida de forma adequada;
- V - ter continuidade do serviço público de limpeza urbana e do serviço público de manejo de resíduos sólidos urbanos, cuja interrupção e restabelecimento obedecerão às hipóteses, condições e prazos fixados em lei e nas normas de regulação;
- VI - o acesso ao relatório periódico sobre a qualidade da prestação dos serviços.

Art. 7º - Nos termos da dotação prevista na lei orçamentária anual poderão os usuários serem subsidiados no valor total ou parcial das tarifas relativas aos serviços públicos concedidos.

Art. 8º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, e está sujeita a regulamentação mediante decreto do Chefe do Poder Executivo, revogadas as disposições em contrário.

Parágrafo Único - O decreto mencionado no caput definirá, dentre outros, os resíduos de grandes geradores, bem como os resíduos industriais e comerciais equiparados a resíduos domiciliares.

Rio Claro,

PRESIDENTE

Aprovado por 17 votos favoráveis e 01 ausente em 1ª Discussão na Sessão Extraordinária do dia 21/12/2021 - Maioria Absoluta.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

EMENDAS EM SEPARADO DE AUTORIA DE VEREADORES AO
PROJETO DE LEI Nº 237/2021.

EMENDAS ADITIVAS Nº 01 E 02

Acrescentam os parágrafos 4º e 5º ao artigo 1º do Projeto de Lei nº
237/2021, que passam a ter a seguinte redação:

*“§ 4º - O edital de licitação da concessão deverá prever a construção de
uma usina de reciclagem e incineração”.*

*“§ 5º - Antes da publicação do edital de licitação da concessão será
realizada audiência pública para participação popular”.*

Rio Claro 21 de dezembro de 2021.

VEREADORES

Paulo Guedes
Vereador
PSDB

Rafael
Aurelio

Paulo Guedes

FA-SLA

Henri Alth

VAGNER BAUNGARTNER
Vereador PSDB

Serginho Carnevale
Vereador DEM